

Consultores são favoráveis a acordo com FMI

MÔNICA MAGNAVITA

Uma pesquisa realizada pelo GLOBO na XII Conferência Anual das Instituições Internacionais de Comissões de Valores, que reuniu mais de mil executivos nacionais e estrangeiros, na semana passada no Rio Palace, revelou que 62,7% dos entrevistados defendem um acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Trinta por cento condicionam o acordo com o FMI a um prévio entendimento com os bancos privados, como propõe o Ministro da Fazenda, Bresser Pereira. E apenas 5% responderam que o Brasil não deve voltar a manter qualquer contato com o FMI.

Os resultados não chegam a surpreender, dado o perfil do público entrevistado. Todos os 59 executivos pesquisados são brasileiros, altamente graduados e atuam nos setores financeiros, de consultoria e de advocacia, ou são assessores do Governo. Do total de entrevistados, 79,6% são favoráveis a que o Brasil faça o pagamento simbólico dos juros da moratória, como querem os credores. Embora o Ministro Bresser Pereira tenha acenado com essa possibilidade, condicionou o pagamento ao início da negociações com os credores e a um nível suficiente de reservas. Apenas 18,6% foram contrários ao pagamento simbólico, mesmo diante

da ameaça feita pelos bancos, de reclassificar o País como devedor que oferece maior risco.

A Conferência das Comissões de Valores durou quatro dias e além da participação de representantes das maiores entidades financeiras internacionais, contou também com a presença de Bresser Pereira, que deu um recado duro aos credores, avisando que o Governo não aceitará pressões de espécie alguma na renegociação da dívida. Recados à parte, a Conferência também foi palco de uma das mais calorosas discussões sobre a conversão da dívida externa brasileira em investimento de risco.

As respostas com relação ao assunto revelam sintonia dos entrevistados com o projeto de conversão divulgado pelo Ministério da Fazenda. Dos 59 empresários ouvidos, 71% responderam que o Governo deve tirar partido de parte do deságio de 45% com que a dívida vem sendo negociada, tal como propôs o Ministro. Nesta mesma linha, 61% apoiam a proposta brasileira de incorporar parte do deságio na negociação da dívida, contra 28% que não concordaram com esta decisão.

Curiosamente, 47% dos entrevistados classificou de razoável a maneira pela qual Bresser vem conduzindo o problema da dívida, enquanto 30% consideram bom o desempenho do Ministro. Apenas 10% responderam que ele tem sido muito bom e 6,7%

foram radicais: segundo eles Bresser está se saindo mal com relação ao assunto. A explicação para a resposta contraditória pode estar no fato de que grande parte dos executivos pesquisados, mais precisamente 37,2%, declararam que os negócios de suas empresas foram prejudicados por causa da moratória. Esta também foi a pergunta que teve maior número de respostas em branco (33,8%) contra 28,7% que afirmaram não ter sentido qualquer alteração nas empresas. A maioria dos que foram prejudicados (28,8%) especificou o problema como sendo o de suspensão dos negócios em andamento. Uma pequena parte (6,7%) deixou de obter financiamento para implantação e 5% não conseguiram financia-

mento para exportações depois da moratória.

Entre as formas de conversão da dívida, 25% dos executivos responderam que ela deve ser realizada diretamente nas Bolsas de Valores, embora esta hipótese esteja totalmente afastada. Provavelmente pelo fato de que, atualmente, com US\$ 20 bilhões (CZ\$ 1 trilhão) seria possível comprar o total das ações de empresas brasileiras negociadas nas Bolsas de Valores.

A seguir vêm os que defendem a participação através de fundos de ações. São 22% dos entrevistados. Esta é a proposta que deve ser regulamentada pelo Governo no projeto de Conversão que será divulgado durante esta semana. Um terceiro grupo (20,6%) foi favorável à formação de **joint-ventures** e 18% se declararam contra qualquer limite para a conversão.

Apesar das recentes declarações de Bresser Pereira de que o déficit não era o causador da inflação brasileira neste momento, e que a prioridade do Governo era evitar um repique inflacionário, 37,8% dos executivos entrevistados elegeram o déficit como o problema número um do País. A dívida externa e a inflação vêm em segundo lugar como os principais problemas da economia, recebendo 20,2% dos votos dos entrevistados.

